



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 25/2017

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Catorze de Setembro de dois mil e dezassete

---- Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presentes Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e José Jorge Fernandes Ornelas, como segundo secretário.-----

---- Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: Lídia Mariana Teles Abreu, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Humberto Jorge Faísca Silva, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques Freitas e Marco Nuno Correia Martins; e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques, Domingos de Sousa Andrade e Marco Nuno da Luz das Almas. -----

---- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Baptista Pereira Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higino Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua). -----

---- Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Rui Ramos Gouveia, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

---- O Senhor Vereador Alano Aires dos Santos Gonçalves faltou a sessão.-----

---- Pelas dez horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto 2 - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal - 1.º Semestre de 2017 e submeter



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 86.º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, 15 de janeiro. -----

---- Ponto 3 - Apreciação do Relatório Semestral de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, ao abrigo do disposto na alínea d), artigo 77.º da Lei 73/2013, 3 de setembro. -----

---- Ponto 4 - Discussão e votação da Proposta "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2018", conforme o disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto 5 - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto 6 - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2017", conforme o disposto no artigo 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei 7 – A/2016, 30 de março. -----

---- Ponto 7 - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IRS da Participação para o ano de 2018", conforme o disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Procedeu-se à discussão da ata número vinte e quatro de vinte e dois de junho de dois mil e dezassete.-----

---- Colocada à votação a ata, foi aprovada por unanimidade.-----

---- O deputado Telmo Freitas do CDS, não votou por estar ausente da sala e os deputados Marco Martins do CDS e João Abreu do PS não votaram por estarem ausentes na última sessão da Assembleia-----

----Seguiu-se o período antes da ordem do dia, no qual todos os deputados da Assembleia apresentaram um voto de louvor ao Leonardo Diogo, destacado atleta de ultra trail runners, conforme texto que se encontra nos documentos da Assembleia. -----

---- Colocada à votação, a proposta "Voto de louvor ao Leonardo Diogo, destacado atleta de ultra trail runners", apresentada por todos deputados da Assembleia, foi Aprovada por Unanimidade.-----

---- O deputado Telmo Freitas do CDS não votou por estar ausente da sala.-----

---- Os três deputados independentes apresentaram um voto de congratulação ao chefe de cozinha Gregório Pereira, pelo prémio de melhor "cozinha portuguesa" nos World Luxury Restaurant Award 201", conforme texto que se encontra nos documentos da Assembleia.-----

---- Colocada à votação o voto de congratulação ao chefe de cozinha Gregório Pereira, pelo prémio de melhor "cozinha portuguesa" nos World Luxury Restaurant Award 201", apresentado pelos três deputados independentes foi aprovado por unanimidade.-----

---- O deputado Telmo Freitas do CDS não votou por estar ausente da sala.-----

---- O Grupo de deputados do CDS apresentou o voto de pesar pelas vítimas na tragédia do largo da Fonte na freguesia do Monte, no Funchal, conforme texto que se encontra nos documentos da Assembleia.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- Colocada à votação o voto de pesar pelas vítimas na tragédia do largo da Fonte na freguesia do Monte, no Funchal foi aprovado por unanimidade.-----
- O deputado Telmo Freitas do CDS não votou por estar ausente da sala.-----
- O grupo de deputados do CDS apresentou o voto de protesto pela decisão política do governo regional de revogação do destacamento do professor Luís Drumond da Associação Desportiva do Campanário, conforme texto que se encontra nos documentos da Assembleia.-----
- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que este voto é apresentado por questões políticas, dado que este caso de destacamento não é caso único na região e que não foi especificamente para o professor Drumond mas sim uma decisão da Associação, uma vez que havia dois elementos destacados.-----
- O deputado independente Luís Drumond referiu que a decisão não foi da instituição mas tratou-se de uma opção pessoal e que questionou os critérios da decisão de destacamento mas que não teve resposta até ao momento.-----
- Colocada à votação o voto de protesto pela decisão política do governo regional de revogação do destacamento do professor Luís Drumond da Associação Desportiva do Campanário foi reprovado, registando os votos contra do PSD e três do CDS e cinco abstenções do PS.-----
- O deputado Telmo Freitas do CDS não votou por estar ausente da sala e o deputado independente Luís Drumond não votou por estar ausente da sala.-----
- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que esta situação só acontece porque a pessoa em causa “saiu da casca” e que independentemente de quem seja esta forma de tratamento em relação aos destacamentos é uma prática recorrente.-----
- Os três deputados independentes apresentaram a proposta de recomendação à Câmara Municipal para suspender os procedimentos concursais do caminho de acesso ao cemitério na freguesia do Campanário, conforme texto que se encontra nos documentos da Assembleia.-----
- O deputado independente Luís Drumond disse que alertou a Câmara diversa vezes para ouvir a população e que o projeto apresentado em nada beneficia a população para além do valor orçamentado ser exagerado. Pediu ainda à Câmara a suspensão do concurso, dado que haverá eleições dentro de quinze dias e desta forma que não tenha consequências para o próximo executivo camarário.-----
- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que discorda do trajeto da obra, principalmente na parte inicial da estrada, dado que nem sequer contempla acessos para pessoas com mobilidade reduzida e que existem situações de terreno por tratar. Por este motivo concorda com a suspensão do projeto e que o próximo executivo trabalhe nesse sentido junto com a população.-----
- O deputado Luís Pestana do CDS solicitou esclarecimentos ao presidente da Câmara sobre este assunto.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- O senhor presidente da Câmara referiu que quando foi projetado aquele caminho foi uma vontade das pessoas daquela localidade com o intuito de melhorar os acessos. Quando foi aberto o procedimento desse projeto foi tido em conta aspetos como manter a calçada principal, e fazer uma rampa de acesso ao adro, no entanto o primeiro entrave encontrado foi elevado declive daquela zona pelo que foi encontrado uma outra solução e que a obra não será concluída neste mandato.-----
- O deputado independente Luís Drumond questionou o executivo se em algum momento promoveu alguma reunião para ouvir a população do Campanário e no caso de esta Assembleia deliberar a suspensão da obra se irá acatar esta medida.-----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que há pessoas a questionar o início das obras e que relativamente às recomendações da Assembleia as mesmas são decididas juntamente com a restante vereação.
- O deputado independente Luís Drumond questionou o presidente da Câmara se só por si vai acatar a medida.
- O deputado Marco Martins do CDS disse que o deputado Luís Drumond no passado foi parte do problema e que agora quer fazer parte da solução mas que se esqueceu dessa democracia quando era membro do PSD. ----
- O deputado independente Luís Drumond respondeu que no seu percurso político de vinte anos teve falhas e excessos, no entanto orgulha-se desse passado com muitos exemplos de participação com a população. -----
- O deputado Ilídio Almada do CDS disse que se a maioria do executivo é PSD e se o presidente da Câmara não acatar a medida, então a resposta está dada. -----
- O deputado João Abreu do PS referiu que as reuniões da Assembleia não deverão ser utilizadas para fins de campanha, mas sim em prol da população. -----
- Os trabalhos foram interrompidos durante dez minutos por comportamento incorreto por parte do deputado Marco Martins do CDS em relação ao presidente da mesa.-----
- O presidente da assembleia disse que não admite faltas de respeito. -----
- O deputado Gilberto Andrade do PSD questionou o executivo, nomeadamente o vereador Carlos Gonçalves, sobre o projeto em causa. -----
- O presidente da Câmara delegou no vereador Carlos Gonçalves que referiu que o projeto não vai de encontro às pretensões da população e que a rampa prevista será construída a uma escala superior e que não deviam destruir a escadaria e não deviam ter pintado o espelho das mesmas.-----
- Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal para suspender os procedimentos concursais do caminho de acesso ao cemitério na freguesia do Campanário, apresentada pelos três deputados independentes foi Aprovada por Maioria, registando uma abstenção do PSD e três do CDS.-----
- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que este mandato foi sui géneris com a primeira mesa plural, a primeira descentralização da assembleia por todas as freguesias, primeira redação do regimento,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

primeiro discurso do presidente da assembleia na sessão solene, primeira redação do regulamento de apoio ao associativismo, primeira gravação das sessões, primeira demissão da mesas, primeiros deputados independentes e que esta assembleia marcou um tempo de mudança de que a Ribeira Brava estava a precisar. Referiu ainda de que dos vinte anos em que esteve na assembleia, estes últimos quatro foram os anos em que a assembleia mais contribuiu para o concelho. Deixou ainda uma nota de apreço pela distinção em que defendeu o seu trabalho e à secretária pela elaboração das atas. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que concorda com o que foi dito pelo deputado Drumond por ter sido um período de mudança com ganhos para todos os ribeirabravenses e houve um antes e um depois de dois mil e quinze que demonstra que é assim que se faz política. -----

---- O deputado independente Marco Almas questionou sobre a suspensão do PDM, quanto ao regulamento do Estádio Municipal, se haverá um bar e sugeriu nesse espaço um ginásio de apoio ao clube. Se a Câmara já recebeu apoio da federação e que a iluminação do campo não sendo a melhor devia ser reclamada. Questionou ainda sobre qual o ponto de situação sobre o concurso público. -----

---- O presidente da Câmara respondeu que o PDM não está suspenso e que as obras que estão ilegais são embargadas. Quanto ao regulamento do estádio esteve em consulta pública mas ainda não foi apreciada. Relativamente à construção do campo foi feita por prioridades. Quanto ao concurso o mesmo já foi homologado a nível dos assistentes operacionais, técnico da área financeira e área social, faltando apenas as quatro vagas dos assistentes técnicos. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD questionou sobre o pedido solicitado na última reunião da assembleia sobre o pedido dos valores gastos em publicidade. -----

---- O deputado independente Marco Almas reformulou a questão sobre os valores da federação. -----

---- O presidente da Câmara respondeu que não recebeu as verbas mas será para breve. -----

---- Esgotado o período antes da ordem do dia, procedeu-se aos pontos da ordem de trabalho: -----

---- **Ponto Um** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o que foi feito consta da informação escrita nos documentos entregues e agradeceu à todos os que colaboraram para que a Ribeira Brava melhorasse, não foi um trabalho fácil mas houve uma união de esforços. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que neste mandato houve um assumir de prioridades onde se salienta o pagamento da dívida que coloca a Câmara numa situação mais confortável para quem de futuro a liderar, no entanto houve diversas oportunidades que se perderam, nomeadamente a situação do mercado e as candidaturas aos fundos comunitários e questiona quantas candidaturas foram feitas e quantas foram



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- aprovadas.-----
- O presidente da câmara disse que este mandato iniciou-se em outubro de dois mil e treze, com uma candidatura ao PODRAM da Fajã das Éguas e que a obra já foi executada. Houve também uma candidatura a um caminho florestal na Tabua e três ou quatro caminhos agrícolas que não tiveram saldo disponível. No âmbito da Lei de Meios houve outras candidatas e que a Ribeira Brava foi dos concelhos que mais aproveitou os fundos comunitários. Em agosto de dois mil e dezasseis houve nova candidatura ao PODRAM, no entanto foram pedidas retificações a projetos e o valor do investimento era elevado e não havia saldo suficiente, caso do Caminho da Pedra Mole e da Vigia que foram retirados devido a alterações de projeto.-----
- O deputado independente Luís Drumond reformulou o esclarecimento dizendo que esta Câmara não tem estratégia e que a lei de meios só devia ser aplicada para repor danos causados por catástrofes, no entanto não foi isso que aconteceu. No caso do PROSEI I porque não houve candidatura e que a Ribeira Brava tem um dos valores mais baixos de candidaturas a caminhos agrícolas e que existiu quatro candidaturas da Câmara excluídas, contudo houve quatro candidaturas de parceiros da Ribeira Brava, com parecer favorável da Câmara e sem qualquer apoio desta que tiveram as suas candidaturas aprovadas.-----
- O deputado independente Domingos Andrade solicitou esclarecimento sobre o ponto de situação da estrada do Lugar da Serra, o que se pretende fazer quanto ao Parque infantil e ponto da situação sobre as paragens.----
- O presidente da Câmara respondeu que o processo concursal da estrada está concluído. Quanto ao parque infantil não havia condições e está a ser equacionada a compra de novos equipamentos e relativamente às paragens de autocarro falta apenas uma que está a aguardar cedência de terreno e já foram colocadas outras duas.-----
- O deputado independente Domingos Andrade reformulou a questão se a população não tem direito ao parque infantil, caso se encerre a escola.-----
- O presidente da Câmara respondeu que a reabilitação tem de ser feitas por prioridades. -----
- O deputado independente Marco Almas alertou a Câmara para alertar o governo regional para a repavimentação da estrada quanto à sinalização, pintura das passadeiras e criação de linhas para estacionamento. -----
- O deputado Marco Martins do CDS questionou os caminhos construídos com base em apoios do governo regional, que não foram pagos e que a Câmara teve de assumir.-----
- O presidente da Câmara disse que os contratos programa com o governo regional foram cumpridos e estão em dia e o contrato o programa para terminar a estrada na Pedra foi o único caso que não se cumpriu por falta de disponibilidade financeira. -----
- O deputado Marco Martins do CDS, reformulou a questão sobre a renegociação de juros que num mandato



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

anterior não foi pago pelo governo e por isso transitou para este mandato.-----

---- O presidente da Câmara respondeu que essa situação aconteceu por atraso no pagamento de faturas no contrato programa.-----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que a situação do contrato programa foi uma situação que aconteceu em todas as câmaras face ao cenário de crise e que irá sempre acontecer que o pagamento dos contratos programa transitarão sempre para os próximos mandatos. Alertou ainda para a situação de degradação do parque infantil junto ao edifício do Tranqual.-----

---- **Ponto dois** - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal - 1.º Semestre de 2017 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 86.º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, 15 de janeiro. -----

---- O presidente da Câmara disse que a Câmara o Plano de Saneamento Financeiro em dois mil e oito e desde essa altura tem um conjunto de compromissos a cumprir. A nível do endividamento foi feito o empréstimo de seis milhões de euros e que atualmente apenas está em dívida três milhões de euros e será o único que ficará para pagar no próximo mandato, pois os outros três empréstimos ficarão pagos. A Câmara Municipal está aguardar uma consulta bancária para reduzir o spread atual da dívida. Em dois mil e dezassete a dívida é de quatro vírgula sete milhões de euros, o prazo médio de pagamento a fornecedores tem reduzido e está atualmente em seis dias. Foi um trabalho efetuado com rigor e atualmente a câmara tem capacidade de endividamento junto da banca em aproximadamente oitocentos mil euros e esse desafio tem sido aproveitado para dar algum apoio às famílias.-----

---- **Ponto três** - Apreciação do Relatório Semestral de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, ao abrigo do disposto na alínea d), artigo 77.º da Lei 73/2013, 3 de setembro. -----

---- O presidente da Câmara disse que com a entrada das Finanças Locais foi necessário contratar um auditor externo para fiscalizar a situação financeira da autarquia e que este relatório é um relatório técnico.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que houve um trabalho de consolidação de contas bem executado, no entanto questiona sobre: a incapacidade técnica dos recursos humanos desta câmara que depois se repercute em candidaturas que não são aprovadas e por isso fundos comunitários perdidos. Também questionou qual o prazo do contrato do aluguer do edifício da câmara à Sociedade de Desenvolvimento, qual o valor pago mensal e qual o valor residual a pagar no final do contrato.-----

---- O presidente da Câmara respondeu que o contrato foi feito por trinta com o pagamento do valor mensal de dezasseis mil euros e a Câmara reserva-se no fim do contrato com o direito de ficar com o edifício. Foi efetuado uma proposta a ponta oeste para adquirir o edifício mas até agora não foi dada qualquer resposta.-----

---- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão sobre o valor a pagar no final do contrato.--



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- O presidente da Câmara referiu que no fim do contrato é feita uma reavaliação ao edifício e efetuado o encontro de contas.-----
- O deputado Telmo Freitas do CDS questiona se há alguma forma de negociar com a ponta oeste ou se a resposta deles terá que ser acatada.-----
- O presidente da Câmara respondeu que uma das contrapartidas que pediram foi a concessão do parque de estacionamento e que nos próximos quatro anos teremos maior flexibilidade para pensar na aquisição do edifício antes do término do contrato.-----
- **Ponto quatro** - Discussão e votação da Proposta "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2018", conforme o disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- O presidente da Câmara propõe a mesma taxa do ano anterior fixada em zero ponto vinte e cinco por cento.-
- Colocada à votação, a Proposta "Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2018" foi aprovada por unanimidade.-----
- **Ponto cinco** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de 2017", conforme o disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- O presidente da câmara disse que a proposta para a taxa de IMI é a mesma do ano anterior e será fixada no valor mínimo, de zero ponto três por cento para os prédios urbanos e zero ponto oito para os prédios rústicos.-
- O deputado independente Marco Almas disse que deveria ser negociado com as finanças o coeficiente de localização.-----
- Colocada à votação, a Proposta "Fixação da taxa de IMI para o ano de dois mil e dezassete" foi aprovada por unanimidade.-----
- **Ponto seis** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2017", conforme o disposto no artigo 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei 7 – A/2016, 30 de março.-----
- O presidente da câmara disse que a lei prevê a redução de IMI para famílias com um, dois ou mais dependentes e propõe-se a dedução fixa de vinte euros para um filho, quarenta euros para dois filhos e setenta euros para três ou mais filhos.-----
- Colocada à votação, a "Fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2017", foi aprovada por unanimidade.-
- **Ponto sete** - Discussão e votação da Proposta "Fixação da taxa de IRS da Participação para o ano de 2018", conforme o disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- O presidente da Câmara disse que propõe a participação de cinco por cento do IRS e que foi aprovada por maioria em reunião de câmara com os votos contra do PS.-----
- O deputado independente Marco Almas disse que não havendo devolução do valor aos contribuintes porque



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

não beneficia quem é mais pobre, então sugere que essa verba seja aplicada numa área social.-----
---- Colocada à votação, a Proposta "Fixação da taxa de IRS da Participação para o ano de 2018", foi aprovada por maioria, registando cinco votos contra do PS e três abstenções dos deputados independentes.-----
---- Os trabalhos foram retomados às dezasseis horas e trinta minutos para discussão e aprovação da acta.-----
---- Colocada à votação a acta foi aprovada por unanimidade. -----
---- Os deputados Marco das Almas, Libardo Pereira e Telmo Freitas não votaram por se encontrarem ausentes da sala. -----
---- Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

O Segundo Secretário

(José Jorge Fernandes Ornelas)

